



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

16ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

24 de setembro de 2007

**BRASÍLIA-DF
2007**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ITEM 1 - ABERTURA – Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e sete, no Auditório do Bloco A, Subsolo, Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, com a presença dos seguintes Conselheiros representantes de entidades da Sociedade Civil: **Oliveira Silveira** – Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** – Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, titular; **Edson Luiz de França** – União de Negros pela Igualdade - UNEGRO, titular; **João Bosco de Oliveira Borba** – Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro – Brasileiros – ANCEABRA, titular; **Eduardo Ferreira de Oliveira** - Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB, titular; **Kabengele Munanga**, Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Jurandyr Azevedo Araújo** – Pastoral Afro-Brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, titular; **Rodrigo Vinicius Soares Cardoso** - Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI, suplente; **Carlos Alves Moura** – Pastoral Afro- Brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, suplente; **Ernesto Luiz Pereira Filho** - Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB, suplente; **Ronald Siqueira Barbosa** - Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT; titular; **Jacinta Maria Santos** - Agentes de Pastorais Negros – APN's, suplente; **Vera Soares** – Conselho de Yalorixás e Ekeds, suplente. Também participaram da reunião os seguintes representantes governamentais: **Simione Silva** – Ministério da Saúde; **João Alberto Lima** - Ministério do Esporte; **Terezinha Maglia** - Ministério da Justiça; **Renata Leite** - Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Virgínia Ferreira da Silva** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **João Alberto Lima** – Ministério do Esporte; **Andréia Ingrid Micheli do Nascimento** - Ministério da Ciência e Tecnologia; **Jorge Luiz Quadros** – Ministério da Justiça e jornalistas/convidados: **Jeanice Dias Ramos** – SINDJO – RS; **Sionei Ricardo Leão** – COJIRA-DF; **Valdice Gomes da Silva** – COJIRA – Alagoas; **Maria Auxiliadora Lopes** - Ministério da Educação; **Maila Romano** – Ministério da Integração; **Danielle Cancela Cronemberger** – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; **Gilmara Lúcia dos Santos** – Ministério da Saúde; **Ethel Proença Braga** – Ministério das Cidades; **Rosa Maria Nader** – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - PR; **Cláudia Calório** – Ministério do Meio Ambiente; **Camilo C. de Souza** – Ministério do Meio Ambiente; **Carlos Eduardo Trindade Santos** – Subsecretário de Planejamento – Seppir; **João Batista Amorim Lima** – Seppir; **Denise Antônia de Paula Pacheco** - Seppir; **Regina de Oliveira Silva** - Seppir; **Martvs das Chagas** – Secretário Adjunto e Ministra **Matilde Ribeiro** – Secretaria Especial de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os presentes e destacou que o objetivo da reunião era concluir as atividades da atual gestão do CNPIR. Na sequência, apresentou a pauta, que foi aprovada pelos presentes. Antes de iniciar a discussão dos itens, informou o Pleno sobre as seguintes atividades: Audiência do Ministério Público Federal com órgãos ligados às questões quilombolas, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, dia 24 de setembro, às 14h; e Ato em defesa dos direitos quilombolas, promovido pela Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial e pela Frente Quilombola, apoiado pela CONAQ, dia 25 de setembro, no Plenário II da Câmara dos Deputados, às 9h da manhã. Em seguida, passou ao primeiro ponto da pauta. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA** – a Ata da 15ª Reunião Ordinária do CNPIR foi colocada em apreciação e aprovada, com a consideração do Conselheiro Oliveira Silveira. A seguir, a Secretária-Executiva do CNPIR convidou a assistente técnica, **Regina Oliveira** e **Denise Pacheco**, gerente de projetos/SEPPIR, para apresentação de informes. **ITEM 2 – INFORMES GERAIS - Informes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR)**, a assistente técnica, **Regina Oliveira**, discorreu sobre as próximas atividades do FIPIR, que passarão a acontecer de forma integrada com a agenda do CNPIR, para maior dinamismo e afirmação das políticas de promoção da igualdade racial; informou também que nos dias 26 e 27 de setembro, seria realizada reunião do Fórum, direcionada aos coordenadores regionais, com a seguinte pauta prevista: visita à Frente Parlamentar de Igualdade Racial na Câmara dos Deputados; **Plano de Trabalho Doméstico Cidadão/MTE-SEPPIR** – A gerente de projetos/SEPPIR, **Denise Pacheco**, apresentou, para conhecimento do Pleno, o Plano Trabalho Doméstico Cidadão, projeto desenvolvido em parceria com o Ministério do trabalho e Emprego, /MTE-SEPPIR. Explicou que a partir da demanda da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD, foi iniciado debate sobre a situação da categoria e observou-se que ia além da discussão do mercado de trabalho, chegando à ausência de direitos. Dessa forma, as várias discussões entre SEPPIR, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e as trabalhadoras resultou em um programa executado pelo Ministério do Trabalho, com coordenação e articulação da SEPPIR e da Secretaria das Mulheres. Feitas essas considerações iniciais, passou à apresentação. Explicou que o Trabalho Doméstico Cidadão fundamentava-se na educação popular e no trabalho como princípio educativo. Salientou que o trabalho doméstico assalariado consistia em uma profissão, por mais que os preconceitos e a discriminação afirmassem o contrário, portanto, precisava ser aprendido, o que implicava na qualificação profissional. Dessa forma, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ foi o espaço escolhido para sediar as ações no âmbito do trabalho doméstico. Disse que o PNQ era financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e gerido pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. Explicou que o Trabalho Doméstico Cidadão era uma ação governamental em diversas frentes, com o objetivo de valorizar o trabalho e os trabalhadores domésticos, rumo a uma política de Estado para este importante setor da sociedade brasileira. Detalhou que o Plano possui três subprojetos, com os seguintes

95 objetivos: Qualificação social e profissional integrada com elevação de
96 escolaridade - pretende atacar o problema da baixa escolaridade e da
97 qualificação profissional; Qualificação social – formação para auto-organização
98 – pretende contribuir para que as próprias trabalhadoras continuem seu
99 processo de luta; e Intervenção em políticas públicas – contempla a elaboração
100 de campanhas voltadas para a sociedade em relação a questões do trabalho
101 doméstico. Também falou do quadro do trabalho doméstico no Brasil,
102 explicando que o País possuía cerca de 6 milhões de trabalhadores domésticos
103 assalariados, sendo 95% mulheres. Entre estas, 76% recebiam até um salário
104 mínimo. Outra característica importante é que 57,4% dessas trabalhadoras
105 eram mulheres negras e pardas. Apenas 23% dos trabalhadores domésticos
106 possuíam carteira assinada e 57,9% tinham até o ensino fundamental
107 incompleto. A seguir, apresentou os Estados e as Cidades onde seria
108 implantado o Programa (total de 2.250 vagas), com possibilidade de ampliação
109 em 2008 e 2009: Minas Gerais; Santa Catarina; Pará; Espírito Santo; Bahia,
110 Sergipe; Pernambuco; Rondônia; Maranhão; Rio de Janeiro e São Paulo. Por
111 fim, manifestou a intenção de realizar, em novembro de 2007, solenidade de
112 formatura das turmas que concluíram o curso. Concluída a apresentação, foi
113 aberta a palavra para considerações do Pleno. O Senhor **João Alberto Lima**
114 manifestou o interesse, em nome do Ministério do Esporte, de inserir-se no
115 Programa, considerando o lazer um direito constitucional. Também comunicou
116 o Pleno da realização da segunda reunião dos agentes e gestores do
117 Programa Esporte Lazer da Cidade, a realizar-se de 7 a 9 de novembro, com a
118 participação da SEPPIR, Ministério das Cidades, Ministério da Integração
119 Nacional e Ministério do Esporte, para discutir a intersectorialidade. Antes de
120 passar ao próximo inscrito, a Secretária-Executiva do CNPIR anunciou a
121 presença do coordenador de logística da SEPPIR, Edvaldo José Mariano; e da
122 Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de ALAGOAS, Valdice Gomes,
123 integrante de comissão de jornalistas pela igualdade racial. Conselheira
124 **Simeone Silva** sugeriu reunião com o Ministério da Saúde na perspectiva de
125 definir projeto conjunto nos Estados onde seria implantado o Programa.
126 Conselheira **Jacinta Maria** registrou a sua satisfação por ter participado como
127 educadora do Programa, no Maranhão, e fez a leitura de depoimentos de
128 algumas participantes, manifestando a importância do programa. A gerente de
129 projetos/SEPPIR, **Denise Pacheco**, manifestou satisfação com a proposta de
130 articulação com outros Ministérios. Disse que, a partir da segunda quinzena de
131 outubro, seriam realizados seminários para sensibilização dos gestores em
132 relação ao Programa, mas representantes da Sociedade Civil poderiam
133 participar dessas atividades. Enfatizou ainda que o Programa era resultado da
134 pauta de reivindicação da categoria dos trabalhadores domésticos, entregue ao
135 Governo Federal. Por fim, agradeceu a oportunidade de apresentar o Programa
136 ao CNPIR. Concluído esse ponto, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida**
137 **Abreu**, convidou a coordenadora de projetos, **Rosa Maria Nader**, para
138 apresentação de informe sobre o **Observatório da Equidade – Conselho de**
139 **Desenvolvimento Econômico Social – CDES**, a senhora Rosa Maria ,
140 primeiro, agradeceu a oportunidade e informou que o Conselho de
141 Desenvolvimento Econômico Social é um Conselho consultivo da Presidência
142 da República, composto por noventa pessoas (representantes de diversos
143 segmentos da sociedade). Explicou que o Conselho, criado no início do
144 primeiro governo do Presidente Lula, trabalhou durante um ano e meio

145 intensivamente, com a participação dos Conselheiros, na formulação de uma
146 agenda para o desenvolvimento do Brasil. Desse modo, o CDES estava
147 formando uma rede de diálogo sobre o processo de desenvolvimento do País e
148 a promoção da equidade como critério de análise e proposição de políticas
149 públicas. Disse que a temática do desenvolvimento com equidade, priorizada
150 pelo Conselho, impulsionou a criação do Observatório da Equidade, ferramenta
151 de observação e produção de conhecimento sobre o País. Explicou que o
152 Observatório reconhecia os Conselhos setoriais nacionais como atores sociais
153 fundamentais para potencializar o debate e aplicar conceitos que orientassem
154 as discussões sobre os rumos do desenvolvimento e os compromissos a serem
155 assumidos pelo Governo Federal e os distintos atores sociais. Nesse sentido,
156 falou da proposta do Observatório do CDES de promover encontro de
157 Conselhos Nacionais para iniciar debate sobre desenvolvimento e equidade e
158 lançar sementes para construção de parcerias visando a observação do
159 desenvolvimento brasileiro. Disse que a atividade direcionava-se aos
160 Conselhos Nacionais (quatro convidados de cada um – três representantes dos
161 Conselhos e a secretária ou o secretário-executivo) e, dessa forma, convidou o
162 CNPIR a participar do primeiro encontro na data prevista de 23 de novembro
163 de 2007. Concluída a apresentação, o Secretário-Adjunto da SEPPIR, **Martvs**
164 **das Chagas**, assumiu a coordenação dos trabalhos e abriu a palavra para
165 considerações dos Conselheiros. Conselheira Terezinha Maglia informou que
166 a Comissão Nacional de Política Indigenista possivelmente seria transformada
167 no Conselho Nacional de Política Indigenista. Desse modo, perguntou sobre a
168 possibilidade de participação dessa Comissão ou do Conselho, caso fosse
169 constituído a tempo, no encontro de Conselhos Nacionais. A senhora, **Rosa**
170 **Maria Nader**, informou que verificaria a possibilidade de participação da
171 Comissão, uma vez que não havia Conselho legalmente constituído na área
172 indígena e comunicaria à Conselheira Terezinha. Conselheiro **Flávio Jorge**
173 perguntou ao Secretário como se daria a indicação dos representantes do
174 CNPIR para participar do encontro. O Secretário-Adjunto da SEPPIR, **Martvs**
175 **das Chagas**, disse que os Conselheiros poderiam sugerir à Secretaria
176 metodologia para indicação dos nomes. A coordenadora de projetos, **Rosa**
177 **Maria Nader**, explicou que a intenção era reunir no encontro cerca de cem
178 pessoas, por essa razão, foi sugerida a indicação de quatro nomes de cada
179 Conselho. Registrou ainda que distribuiu material com informações sobre o
180 Observatório da Equidade e o Encontro de Conselhos Setoriais Nacionais.
181 Finalizando, o Secretário-Adjunto da SEPPIR agradeceu a coordenadora Rosa
182 Maria e registrou a presença de Janice Ramos, Coordenadora do Núcleo de
183 Jornalistas Afro-brasileiros e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio
184 Grande do Sul. Em seguida, abriu a palavra ao Conselheiro **Oliveira Silveira**,
185 que informou a sua participação no XIII Congresso Brasileiro de Folclore,
186 realizado de 19 a 22 de setembro, em Fortaleza/CE. O Conselheiro destacou
187 que o Congresso, além de curso de atualização para professores, teve várias
188 palestras e discussões em grupos de trabalhos sobre a vinculação do folclore
189 com a educação. Comunicou que, junto com a diretora de Patrimônio da
190 Fundação Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva, participou da palestra
191 sobre o tema “Quilombolas, educação e inclusão na escola”. Ressaltou ainda
192 que a atividade contou com a participação do Secretário da Diversidade/MinC,
193 **Sérgio Mamberti**, que tratou das políticas públicas para as culturas populares.
194 Feito esse informe, foi iniciada a discussão do item 3 da pauta. **ITEM 3 –**

195 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA SEPPIR** – A mesa foi composta
196 por: Ministra **Matilde Ribeiro**, Presidenta do CNPIR e **Carlos Eduardo**
197 **Trindade**, Subsecretário de Planejamento. Inicialmente, a Ministra **Matilde**
198 **Ribeiro** saudou os Conselheiros e informou que a reunião tinha por objetivo
199 fechar o ciclo de debates da primeira gestão do CNPIR, uma vez que haveria
200 renovação do Conselho. Desse modo, fez um agradecimento público aos
201 Conselheiros, pelo tempo de trabalho juntos e conclamou a todos, mesmo os
202 que não permaneceriam no Conselho, para continuar a contribuir com o
203 CNPIR. Feitas essas considerações, passou a palavra ao Subsecretário de
204 Planejamento, **Carlos Eduardo Trindade**, para apresentação da proposta de
205 planejamento da SEPPIR para 2008-2011. O Subsecretário disse que o
206 Planejamento da Secretaria foi definido a partir de uma série de subsídios
207 (Relatório Final da I CONAPIR; relatório de planejamento; Plano Nacional de
208 Igualdade Racial; relatório da primeira gestão; entre outros) e considerou
209 várias agendas previstas para o próximo ano, de extrema relevância para a
210 população negra (120 anos da abolição, Congresso Nacional de Negros e
211 Negras, II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial II
212 CONAPIR, Conferência das Américas, entre outras). Apresentou a atual
213 estrutura da SEPPIR, que sofreu alterações, passando a ser composta por: 1)
214 Gabinete; 2) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR –
215 órgão colegiado; 3) Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas
216 - SubPlan; 4) Subsecretaria para Comunidades Tradicionais – SubCom e 5)
217 Subsecretaria de Ações Afirmativas - SubAA. Detalhou que a estrutura do
218 Gabinete sofreu alterações no sentido de especificar tarefas diluídas na
219 estrutura da SEPPIR, passando a ser composto por: Secretaria-Adjunta;
220 Assessoria de Comunicação; Assessoria de Projetos Especiais; Assessoria
221 Internacional; Assessoria Parlamentar; Ouvidoria; Fórum Intergovernamental
222 de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR; Chefia de Gabinete; e Coordenação
223 da Agenda. Explicou que as assessorias atendiam a Senhora Ministra e a
224 Secretaria-Adjunta nas tarefas mais estratégicas do ponto de vista da gestão
225 política da SEPPIR. Ressaltou que a Assessoria de Comunicação também
226 passou por mudança. Ressaltou que além dessa estrutura, o Gabinete era
227 responsável pela Coordenação da Agenda da Ministra da SEPPIR, no sentido
228 de priorizar as atividades mais estratégicas para fortalecimento da Política de
229 Igualdade Racial. Ressaltou que a Secretaria-Executiva do CNPIR seria
230 fortalecida na próxima gestão, no sentido de fazer com que o Conselho
231 trabalhasse em paralelo com a direção da SEPPIR. Disse ainda que foi
232 mantida a estrutura básica na Subsecretaria de Planejamento, na
233 Subsecretaria de Comunidades Tradicionais e na Secretaria de Ação
234 Afirmativa. Continuando, apresentou os eixos de atuação da SEPPIR, sendo:
235 trabalho de planejamento e formulação de políticas; gestão orçamentária e
236 financeira; e gestão administrativa. Ressaltou ainda que na SubPlan seria
237 trabalhado o núcleo de informação e pesquisas, o aprimoramento da parte da
238 gestão administrativa, da logística e do patrimônio. Enfatizou que, para a
239 próxima gestão, foram destinados R\$ 25 milhões, além do recurso do governo
240 federal para a Política de Igualdade Racial. Destacou, por exemplo, que a
241 Agenda Social Quilombola, trabalhava com mais de R\$ 1 bilhão. Ressaltou que
242 as demais instâncias da SEPPIR - Gabinete, SubCom e SubAA – trabalhavam
243 com nove eixos: 1) saúde, qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional;
244 2) educação, cultura e diversidade; 3) desenvolvimento, trabalho e renda; 4)

acesso à terra; 5) habitabilidade e infra-estrutura; 6) democracia, cidadania, participação social e direitos humanos; 7) segurança pública e mediação de conflitos; 8) informação, pesquisas e diagnósticos; e 9) relações internacionais. Ressaltou que a partir da análise de conjuntura, foram definidos **cinco eixos prioritários a serem desenvolvidos pela SEPPIR: educação, trabalho e renda, acesso à terra, segurança pública e saúde**. Ressaltou que a ênfase do trabalho da SEPPIR, conforme preconizado em Lei, é com a população negra, caracterizada pelos segmentos: comunidades quilombolas (prioritário); mulheres negras; juventude; comunidades de terreiro; liderança de entidades negras nacionais e local, urbanas e rurais; grupos culturais; GLBTT; ONGs; capoeiristas; e grupos negros. Além disso, destacou que seriam contemplados outros grupos étnicos discriminados, a exemplo dos povos indígenas, os ciganos, os judeus, árabes e palestinos. Também falou da lógica de elaboração do planejamento da SEPPIR para 2008-2011. Destacou que no Planejamento Plurianual - PPA 2008/2011 o Governo elencou dez objetivos setoriais e a SEPPIR destacou dois que dialogavam diretamente com a Política de Igualdade Racial, sendo eles: promover a inclusão social e a redução das desigualdades e Programa Brasil Quilombola. Detalhou, na sequência, as atividades e os Projetos Especiais relativos ao objetivo setorial "Programa de Políticas Afirmativas para Igualdade Racial". No Eixo 1 "Saúde, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional", ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial" (responsável: SEPPIR), estavam previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais: articular a expansão do acesso à saúde para a população negra; promover o desenvolvimento social para a população negra, comunidades de terreiros e ciganas e povos indígenas. No Eixo 2 "Educação", ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), as atividades e os Projetos Especiais previstos eram: ampliar o acesso da população negra ao sistema educacional; articular a implementação da Lei 10.639/03; articular o fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase; e articular a ampliação da alfabetização de adultos em comunidades de terreiros, ciganos e povos indígenas. No eixo 3 "Cultura e" Diversidade, Ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), constavam como atividades e Projetos Especiais: apoiar e estimular, em parceria com outros órgãos, ações de reconhecimento, registro e tombamento de bens materiais e imateriais da população negra, povos indígenas e comunidades ciganas; apoiar a implementação de políticas públicas para as comunidades de terreiros; e desenvolvimento de Projetos Especiais na área de Cultura. No eixo 4 "Desenvolvimento, trabalho e renda", Ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), estavam previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais: coordenar a execução e ampliação do Programa Trabalho Doméstico Cidadão; estimular programas de ações afirmativas pela diversidade e equidade racial e de gênero; fortalecer a Rede de Economia Solidária com ênfase em mulheres negras, comunidades de terreiros e quilombolas; e apoiar e articular iniciativas de geração de emprego e renda em comunidades ciganas, de terreiros e povos indígenas. No Eixo 5 "Habitabilidade, infra-estrutura e acesso à terra", ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), estavam previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais: atuar junto a parceiros para inclusão digital em comunidades de terreiro, ciganas e povos indígenas;

295 articular com o Ministério das Comunicações a implantação do Ponto de
296 Presença em comunidades de terreiro, ciganas e povos indígenas; e articular
297 com o Ministério das Cidades ações voltadas para a melhoria das condições de
298 vida da população negra. No eixo 6 "Democracia, cidadania e participação
299 social", ação "Apoio a Conselhos e organismos governamentais de promoção
300 da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), estava prevista a seguinte
301 atividade: atuar junto a parceiros visando a promoção dos direitos das crianças,
302 adolescentes e jovens. Ainda no Eixo 6 "Democracia, cidadania e participação
303 social", ação no PPA: "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial"
304 (Responsável: SEPPIR), previam-se as seguintes atividades e Projetos
305 Especiais: apoiar o fortalecimento e ampliação de ações emergenciais e ações
306 estruturantes com recorte étnico-racial; apoiar as Conferências Nacionais
307 estratégicas para a SEPPIR garantindo o recorte étnico-racial; participar dos
308 Conselhos, Comissões, Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho
309 Interministeriais; apoiar o Programa "Brasil Jovem"; e fortalecer o Fórum
310 Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. Na ação no PPA
311 "Capacitação de agentes públicos em temas transversais" (Responsável:
312 SEPPIR), do eixo 6, previa-se a seguinte atividade: fomentar a ampliação da
313 capacitação de gestores e servidores públicos para o desenvolvimento das
314 políticas de promoção da igualdade racial e equidade de gênero em todos os
315 níveis da administração pública. No eixo 7 "Segurança pública e mediação de
316 conflitos", na ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade
317 racial" (Responsável: SEPPIR), constava a atividade: articular medidas de
318 segurança pública com ênfase na população negra, visando a redução dos
319 índices de mortalidade por causas violentas. No eixo 8 "Informação, pesquisas
320 e diagnósticos", na ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade
321 racial - Responsável: SEPPIR", estavam contempladas as seguintes atividades
322 e Projetos Especiais: criar núcleo de trabalho na SEPPIR para estudos,
323 monitoramento e avaliação das políticas de igualdade racial; e fomentar a
324 elaboração dos planos estaduais de políticas para a igualdade racial. No eixo 9
325 "Relações internacionais", ação no PPA "Apoio a Iniciativas de Igualdade
326 Racial", estavam contempladas as seguintes atividades e Projetos Especiais:
327 participar, organizar, ou sediar Conferências e eventos; participar de Relatorias;
328 e desenvolver Cooperação Multilateral e Interinstitucional. No eixo 9 "Relações
329 Internacionais", ação no PPA "Apoio a Iniciativas de Igualdade Racial",
330 constava a seguinte atividade: Ações Afirmativas. Em relação ao Programa
331 Brasil Quilombola, detalhou também as atividades e projetos especiais. No eixo
332 1 "Saúde, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional", ação no PPA
333 "Atenção à saúde da população quilombola" (responsável: Ministério da
334 Saúde), estavam previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais:
335 promoção da saúde em comunidades quilombolas; e promoção do
336 desenvolvimento social nas comunidades quilombolas. No eixo 2 "Educação",
337 ação no PPA "Apoio à distribuição de material didático e paradidático de Ensino
338 Fundamental às comunidades remanescentes de quilombos, à melhoria da
339 rede física escolar das comunidades remanescentes de quilombos e à
340 capacitação de professores do Ensino Fundamental das comunidades
341 remanescentes de quilombos" (responsável: MEC – FNDE), previa-se a
342 seguinte atividade: promoção de ações educacionais para comunidades
343 quilombolas: ampliar a alfabetização em quilombos. No eixo 3 "Cultura e
344 diversidade", ação no PPA "Fomento ao Desenvolvimento Local para

345 Comunidades Quilombolas”, estavam previstas as seguintes atividades e
346 Projetos Especiais: Projeto QuilomboAxé e desenvolver atividades de
347 promoção cultural. No eixo 4 “Desenvolvimento, Trabalho e Renda”, ação no
348 PPA 01 “Fomento ao desenvolvimento local para as comunidades
349 remanescentes de quilombos - Responsável: SEPPIR” e Ação no PPA 02
350 “Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de
351 quilombos” (Responsável: MDA), previa-se a seguinte ação: implementar
352 projetos de desenvolvimento e inclusão produtiva para as comunidades
353 quilombolas. Ainda no Eixo 4, na Ação no PPA 01 “Fomento ao
354 desenvolvimento local para as comunidades remanescentes de quilombos”
355 (Responsável: SEPPIR) .No eixo 5 “Habitabilidade, infra-estrutura e acesso à
356 terra”, Ações no PPA “Pagamento de indenização aos ocupantes de terras
357 tituladas das comunidades remanescentes de quilombos e reconhecimento,
358 demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos”
359 (Responsável: INCRA), estavam previstas as atividades: acompanhar os
360 processos de regularização fundiária instaurados junto ao Instituto Nacional de
361 Reforma Agrária – INCRA e estimular as ações de certificação das
362 comunidades quilombolas. Ainda no Eixo 5, Ação no PPA “Apoio a projetos de
363 construção ou melhoria da infra-estrutura de acesso às comunidades
364 remanescentes de quilombos” (Responsável: SEPPIR), estavam previstas as
365 seguintes atividades: atuar junto aos órgãos competentes para a construção de
366 vias de acesso às comunidades quilombolas; atuar junto aos órgãos
367 competentes para a promoção de políticas de habitação em comunidades
368 quilombolas; e atuar junto ao Ministério das Cidades e FUNASA para implantar
369 o saneamento ambiental em comunidades tradicionais. No Eixo 6 “Democracia,
370 cidadania e participação social”, Ações no PPA “Fomento ao desenvolvimento
371 local para as comunidades remanescentes de quilombos” (Responsável:
372 SEPPIR) e “Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades
373 remanescentes de quilombos” (Responsável: MDA), previam-se as seguintes
374 atividades e Projetos Especiais: atuar junto a parceiros visando a promoção
375 dos direitos humanos nas comunidades quilombolas; articular a promoção dos
376 direitos das crianças, adolescentes e jovens das comunidades quilombolas;
377 promover junto aos órgãos competentes políticas de democratização da
378 comunicação utilizando rádios comunitárias em comunidades quilombolas;
379 atuar junto a parceiros para inclusão digital em comunidades quilombolas; e
380 articular com o Ministério das Comunicações a implantação do Ponto de
381 Presença em comunidades quilombolas. Ainda em relação ao Eixo 6, nas
382 Ações no PPA “Capacitação de agentes representativos das comunidades
383 remanescentes de quilombos” (Responsável: SEPPIR) e “Apoio à construção e
384 implantação de Centros de Referência Quilombola nas comunidades
385 remanescentes de quilombos” (Responsável: SEPPIR), estavam previstas,
386 respectivamente, as seguintes atividades e Projetos Especiais: apoiar
387 iniciativas de fortalecimento institucional das organizações sociais e apoiar as
388 Coordenações Estaduais Quilombolas; e fomentar a criação e implementação
389 de Centros de Referência Quilombola . No item 7 “Segurança Pública e
390 Mediação de Conflitos”, estava prevista a atividade: articular medidas de
391 segurança pública com ênfase na população quilombola. No eixo 8
392 “Informação, Pesquisas e Diagnósticos”, Ação no PPA “Apoio à elaboração de
393 diagnósticos setoriais sobre as comunidades remanescentes de quilombos”
394 (Responsável: SEPPIR), previa-se: produzir e divulgar mapa da presença

395 negra em território nacional, com as principais comunidades remanescentes de
396 quilombos; apoiar a realização de levantamentos georeferenciados das
397 comunidades quilombolas. Por fim, apresentou os projetos especiais que
398 estavam distribuídos entre dois programas: Programa de Ações Afirmativas e
399 Programa Brasil Quilombola - PBQ. No caso do Programa de Ações
400 Afirmativas, destacou que estavam contemplados os seguintes projetos
401 especiais: Ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial
402 em âmbito internacional" (Responsável: SEPPIR); Projetos Especiais; Diálogo
403 social; Captação de recursos; e Projetos Especiais - Assessoria Parlamentar;
404 Processo legislativo; Ciclo orçamentário; Articulação com o Poder Legislativo;
405 Articulação com o Poder Executivo e diálogo como o Poder Judiciário; e
406 Articulação com FIPIR/CNPIR. Ainda nessa ação, destacou o Projeto Especial
407 relativo à Ouvidoria, com as seguintes atividades: acompanhar casos
408 emblemáticos de racismo; capacitação e qualificação; criação de sistema
409 gerencial e de banco de dados; atividade conjuntural; e fomento, articulação e
410 mobilização. Concluída a apresentação, a Ministra **Matilde Ribeiro** fez
411 algumas considerações sobre o tema. Ressaltou que a intenção era lançar
412 publicação conjunta (Planejamento 2008-2011 e Plano Nacional de Promoção
413 da Igualdade Racial - PLANAPIR) no lançamento, previsto para a primeira
414 semana de novembro de 2007, da II Conferência Nacional de Promoção da
415 Igualdade Racial. Disse que a proposta era realizar a II CONAPIR na última
416 semana de maio de 2008, mas a confirmação da data dependeria da
417 continuidade dos diálogos com a organização do Congresso Nacional de
418 Negros e Negras. Comentou que o relatório de gestão da SEPPIR (2003-2006),
419 encaminhado aos Conselheiros, consistia em um documento descritivo que
420 relatava a construção da Política de Igualdade Racial e apresentava
421 informações adquiridas com os Ministérios que se trabalhou. Contudo, diante
422 da dificuldade de aquisição de informações, seria necessário aprimorar o
423 sistema de coleta de dados. Também comentou sobre a lógica mais geral do
424 Governo em 2007. Ressaltou que, além do Plano Plurianual, o governo optou
425 por trabalhar com os chamados "pacotes", que consistem em planos que
426 congregavam vários Ministérios em torno de agendas transversais. Lembrou
427 que foram lançados: Plano de Infra-Estrutura; Plano de Desenvolvimento
428 Educacional; Plano de Saneamento e Infra-Estrutura, com a FUNASA; e
429 Programa Nacional de Segurança Cidadã. Nesse sentido, disse que a SEPPIR
430 apresentaria, na data prevista de 9 de outubro de 2007, a Agenda Social
431 Quilombola, que consistia em uma reafirmação do Programa Brasil Quilombola.
432 Explicou que a Agenda, em fase final de elaboração, agregava vários
433 Ministérios em uma ação conjunta e definia metas e orçamento. Explicou que
434 até o momento a agenda previa R\$ 1 bilhão para os próximos quatro anos de
435 gestão. Enfatizou também que as demais questões, que dizem respeito à
436 política pública, estavam contidas nas demais agendas. No que se refere à
437 agenda, falou da intenção de destacar os 120 anos da abolição da escravidão,
438 pois essa não foi inclusiva do ponto de vista social e econômico. Por essa
439 razão, cabia aos Governos e à Sociedade Civil avançar no diálogo com as
440 estruturas governamentais e com o Estado brasileiro visando o incremento
441 desta agenda. Por fim, na agenda internacional, reafirmou três destaques. O
442 primeiro deles relativo à aproximação com o continente africano, considerada
443 uma estratégia positiva, por parte do governo brasileiro. Disse que, em outubro,
444 o Presidente Lula reiniciaria o seu programa de visitas ao continente africano,

com ida a cinco países. No que se refere à SEPPIR, disse que estava em debate, junto com o Governo do Senegal e com o Ministério da Cultura, a participação no III Festival Internacional de Artes Negras – FESMAN, em Dacar, em fevereiro de 2009. Ressaltou que o festival foi considerado pelos africanos como um desdobramento da Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, que aconteceu no Brasil, em 2006. Lembrou que o Conselheiro Kabengele Munanga representou o CNPIR no evento, em Dacar. Também recordou que, em 2006, foi realizada a Conferência das Américas, extra-oficial, pois não foi convocada pela ONU. Informou que a Organização faria a convocação da Conferência oficial para 2008, com possibilidade de ser realizada no Brasil. Disse que essas Conferências Internacionais, chamadas pela ONU, dinamizavam a agenda social e política do governo e da sociedade civil. Antes de abrir a palavra para considerações dos Conselheiros, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, registrou as presenças do Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Sionei Leão e da Coordenadora da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Rosane Borges. Informou que os jornalistas, paralelamente à reunião do CNPIR, estavam realizando primeira reunião visando a construção de um encontro nacional. Também justificou as ausências dos Conselheiros: **Cleuza Maria Oliveira; Elaine Soares; Anita Schuartz; Ubiraci Matildes; Elayyan Aladdin; Sérgio Niskier; Cláudio Iovanovitchi; Elizabete Ferreira Lopes Moraes; e Everaldo Conceição Duarte**. Feitos esses registros, abriu a palavra para considerações do Pleno. Conselheiro **João Bosco** cumprimentou a SEPPIR pelo planejamento, por entender que estava em consonância com a agenda de governo. Contudo, avaliou que seria necessário incluir a questão do empreendedorismo na área de desenvolvimento. Também destacou como avanço o fato de o PAC/FUNASA, lançado na semana anterior, ter destinado R\$ 170 milhões para saneamento básico em comunidades de quilombo. Também falou da necessidade de adaptar a agenda de debate do CNPIR às discussões do governo, a exemplo do debate internacional do Governo Lula com os países africanos em relação ao biocombustível. Por fim, despediu-se do Conselho porque a ANCEABRA indicaria nova representação para o CNPIR. Conselheiro **Flávio Jorge** parabenizou a SEPPIR pelo planejamento, por entender que representava um avanço. Também salientou a necessidade de divulgar o aumento dos recursos para a Secretaria e para programas coordenados por ela, haja vista os constantes ataques da mídia no sentido de desconstruir os avanços no Governo Lula acerca da promoção da igualdade racial. Também aproveitou a oportunidade para despedir-se do Conselho e salientou a necessidade de valorização maior do CNPIR, por parte dos Conselheiros. Conselheiro **Jurandyr Azevedo** também somou-se aos elogios em relação ao planejamento. Conselheiro **Edson Luiz França** registrou o avanço em relação ao planejamento da SEPPIR e destacou a necessidade de definição de sistema de acompanhamento das atividades e programas. Registrou a sua satisfação com a manutenção dos quilombolas como público prioritário da SEPPIR e da inclusão da juventude no rol de prioridades. Nessa lógica, solicitou que a SEPPIR viabilizasse a participação dos Conselheiros, que pudessem, na Audiência Pública da Câmara dos Deputados, no dia seguinte, sobre a questão quilombola. No mais, falou do esforço no sentido de articular as agendas do

495 Congresso Nacional de Negros e Negras e da II CONAPIR, a fim de que os
496 dois eventos fossem realizados em datas diferentes e um pudesse contribuir
497 com o outro. Conselheira **Andréia Micheli** informou que o Ministério da Ciência
498 e Tecnologia possuía ação no PPA relativa à inclusão digital para o
499 desenvolvimento social e, portanto, solicitou assessoramento da SEPPIR para
500 definição de apoio a projetos nessa área. Também pontuou que outros
501 Ministérios possuíam ações e programas relacionados às comunidades
502 tradicionais, a exemplo do Ministério da Ciência e Tecnologia que possuía ação
503 no PPA voltada a apoio à difusão de tecnologias sociais para comunidades
504 tradicionais. Conselheira **Cláudia Calório** perguntou como a SEPPIR faria o
505 monitoramento de ações intersetoriais que não estavam no âmbito da
506 Coordenação da Secretaria, a exemplo, do Programa Comunidades
507 Tradicionais, que estava sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.
508 Conselheiro **Oliveira Silveira** cumprimentou a Ministra e o Secretário pelo
509 planejamento da SEPPIR, com destaque para lógica, coerência e pertinência.
510 Propôs que esse planejamento dialogasse com o setor do folclore, por meio da
511 Comissão Nacional de Folclore e das comissões estaduais. Também destacou
512 a necessidade de pensar a questão lingüística, não somente em relação às
513 comunidades quilombolas, mas também às comunidades negras de um modo
514 geral. Sobre essa questão, lembrou a realização do I Fórum Internacional da
515 Diversidade Lingüística, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande
516 do Sul. Por fim, solicitou que fosse aberta a palavra às jornalistas **Valdice**
517 **Gomes** e **Janice Ramos**, para apresentação de informes. A jornalista **Valdice**
518 **Gomes**, da COJIRA, de Alagoas, cumprimentou a Ministra, pelo trabalho
519 desenvolvido à frente da SEPPIR e o Secretário, pela apresentação. Além
520 disso, solicitou que o CNPIR manifestasse apoio, por meio de moção, à
521 realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, precedida de etapas
522 municipais e estaduais, a exemplo do que ocorria nas áreas da saúde e da
523 educação. A jornalista, **Janice Ramos**, diretora do Sindicato dos Jornalistas
524 Profissionais do Rio Grande do Sul, saudou os integrantes da mesa e
525 manifestou o interesse do Sindicato em compor o CNPIR. Considerando a
526 impossibilidade de atendimento ao pleito naquele momento, registrou o
527 interesse em integrar a comissão temática de comunicação do Conselho. Não
528 havendo novos inscritos, foi aberta a palavra à mesa para comentários. O
529 Subsecretário de Planejamento, **Carlos Eduardo Trindade**, explicou que a
530 direção da SEPPIR teria maior aproximação com o CNPIR e o FIPPIR, pois
531 esses dois espaços eram estratégicos e imprescindíveis para implementação
532 da política prevista no planejamento. A propósito, destacou que seriam
533 realizadas capacitações sobre gestão pública e várias outras áreas, tanto para
534 o FIPPIR, quanto para o CNPIR. Salientou que o planejamento previa
535 momentos que possibilitariam ao Conselho e ao Fórum acompanhar a
536 implementação da política. Informou também que agendaria reunião com MCT
537 para discutir ações na área da promoção da igualdade racial. Salientou que o
538 monitoramento de ações intersetoriais poderia ocorrer em duas vias, através da
539 Coordenação do PBQ e da SubPlan. Também destacou que as questões
540 relativas à comunicação poderiam ser discutidas com a direção da SEPPIR. A
541 Ministra **Matilde Ribeiro** também comentou as questões colocadas pelos
542 Conselheiros. Em relação ao planejamento, destacou que serviria como eixo
543 norteador das atividades da Secretaria, contudo, estava sujeito a revisões.
544 Nesse sentido, concordou com a necessidade de definir um formato de

monitoramento das ações previstas e salientou que os planejamentos da SEPPIR e do CNPIR deveriam estar em consonância. Considerando a renovação do Conselho, avaliou que na próxima reunião seria necessário retomar o informe acerca do planejamento do Conselho e da Secretaria e, nesse âmbito, retomar a formatação das Comissões de Trabalho e das Câmaras Temáticas, a fim de iniciar os trabalhos com a dinâmica estabelecida. Para isso, avaliou que a próxima reunião do CNPIR deveria ter dois dias de duração. Também destacou a intenção de lançar boletim informativo de 2007, para atualização dos trabalhos. Avaliou ainda que seria necessário definir forma de articulação com os jornalistas, por meio de uma Comissão ou Câmara Técnica. Também falou da criação do Ciclo de Debates como espaços de reflexão das entidades sobre as políticas de promoção da igualdade racial e destacou que o resultado das discussões seria registrado para divulgação dos alcances políticos e sociais que podiam ter as políticas de ações afirmativas. Ressaltou que a cada semestre o Ciclo teria um tema em evidência, sendo que o próximo seria a Política para Quilombos. Por fim, agradeceu a presença de todos e informou que retornaria posteriormente. Antes de encerrar os trabalhos da manhã, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, agradeceu a presença da Ministra e do Secretário e justificou a ausência da Conselheira **Leila Calaça** e do Conselheiro **Celso Lourenço**. Também agradeceu à Conselheira **Leila**, representante da Fundação Cultural Palmares, pelos exemplares do livro "**Mulher Negra na Bahia, no Século XIX**", distribuídos aos Conselheiros. Ademais, sugeriu a indicação de um representante do CNPIR para participar das duas atividades: Audiência Pública do Ministério Público Federal com órgãos ligados às questões Quilombolas e Indígenas, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, dia 24 de setembro, às 14h; e Ato Em Defesa Dos Direitos Quilombolas, promovido pela Frente de Promoção da Igualdade Racial e pela Frente Quilombola, apoiado pela Coordenação Nacional de Quilombos - CONAQ, dia 25 de setembro, no Plenário II da Câmara dos Deputados, às 9h da manhã. O Conselheiro **Edson Luiz França** foi indicado para representar o CNPIR nas duas atividades. Definido esse ponto, encerrou os trabalhos da manhã. Retomando, passou a palavra ao Secretário de Ações Afirmativas, **Alexandro Reis**, que assumiu a coordenação dos trabalhos e, de imediato, passou ao item 4 da pauta. **ITEM 4 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE** – Para tratar desse ponto, o Subsecretário **Alexandro Reis** convidou o Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional/SECAD/MEC, **Francisco Potiguara Cavalcante Jr.** Nas considerações iniciais, o Subsecretário falou da importância do Plano de Desenvolvimento da Educação para a promoção da igualdade racial e salientou que a educação era um dos temas prioritários do planejamento da SEPPIR para 2007/2008. Também salientou que a Secretaria de Educação Continuada e Diversidade - SECAD era uma grande parceira da SEPPIR, foi iniciado diálogo com o Secretário **André Lázaro**, no sentido de promover discussão entre a SEPPIR, Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, sobre a efetiva aplicação da Lei nº. 10.639/03. O Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional/SECAD/MEC, **Francisco Potiguara Cavalcante Jr.**, agradeceu a oportunidade e registrou os cumprimentos do Professor **André Lázaro** ao CNPIR. Primeiro, fez uma explanação sobre a SECAD, criada em 2004, com a responsabilidade de trazer de forma qualificada a discussão sobre a dívida

educacional do País com milhões de brasileiros e brasileiras. Explicou que a Secretaria passava por um processo de redefinição e, atualmente, trabalhava com quatro departamentos, um deles o Departamento da Cidadania e dos Direitos Humanos, o qual dirigia, com três agendas importantes: agenda da educação integrada; agenda da educação ambiental; e a agenda da educação para os direitos humanos. Ressaltou que o segundo departamento era o de Educação de Jovens e Adultos, que possui duas agendas prioritárias: alfabetização e educação de jovens e adultos. Já o terceiro departamento era o da Diversidade e da Inclusão Educacional, que possuía quatro agendas importantes: educação quilombola; relação do currículo com a tradição afro-descendente; educação indígena; e educação cigana. Salientou que o quarto departamento era o de Monitoramento e Avaliação das Ações Produzidas, responsável pelo acompanhamento da frequência do Programa Bolsa Família e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas de inclusão educacional desenvolvidas pela SECAD. Feita essa introdução, passou a falar do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, lançado em abril, por meio de Decreto Presidencial, tendo por base o chamado "compromisso de todos pela educação". Ressaltou que o PDE possuía quatro agendas estratégicas, sendo: alfabetização de jovens e adultos; educação básica; educação profissional e tecnológica; e ensino superior. Destacou que o Plano trabalhava com princípios básicos, o primeiro deles, uma visão sistêmica entendendo a necessidade de investir em todos os ciclos da educação, visando alcançar a qualidade da educação brasileira em todas as modalidades e em todos os níveis de ensino. Ressaltou que o objetivo central do PDE era garantir uma escola republicana e democrática para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. Desse modo, as metas do Plano eram garantia do acesso (vaga nas escolas para todos - de 0 aos 17 anos - no prazo de quinze anos) e qualidade da educação. Explicou que o MEC possuía dois mecanismos de transferência de recursos para municípios e estados, as chamadas transferências diretas e as voluntárias. Salientou que, após análises, verificou-se que a maioria dos Municípios mais necessitados do Brasil, no que se refere à educação, não encaminhava projeto de financiamento de políticas educacionais, porque não possuíam capacidade técnica para apresentar esses projetos ao MEC. Além disso, o Ministério percebeu que os Municípios e os Estados que mais recebiam recursos eram os mais desenvolvidos, no que se refere a recursos humanos e recursos financeiros e que o capital político contava muito na liberação desses recursos. Portanto, a lógica de financiamento do Ministério não induzia à qualidade. Diante desse quadro, o MEC desenvolveu um indicador da educação básica, por meio do Prova Brasil, do Sistema de Avaliação da Educação Básica e dos dados relacionados ao censo escolar. Ressaltou que, utilizando esse indicador, era possível mensurar a qualidade da educação básica e verificar o fluxo escolar. Em que pese o compromisso do Plano em melhorar a qualidade, salientou que a educação brasileira possuía bons exemplos, com excelentes escolas públicas. Explicou que o Plano foi elaborado a partir dos resultados das pesquisas feitas em trinta escolas de todo território nacional e possuía 28 diretrizes para a qualidade da educação relacionadas, por exemplo, à gestão democrática e participativa e ao controle social. Ressaltou ainda que o Plano Nacional de Educação, que possuía metas físicas, continuava em vigor, uma vez que o PDE era o plano voltado à qualidade. Salientou que, para alcançar os objetivos do PDE, foi

estabelecida como meta alcançar a média 6 no PISA (exame internacional de educação), nos próximos 15 anos. Desse modo, o MEC apoiaria os Municípios e os Estados, com os recursos das transferências voluntárias, que assinassem termo de compromisso com as 28 diretrizes do PDE. Destacou ainda que o MEC criou *ranking* para identificar problema e não para punir escolas. Desse modo, em 2007, o Ministério priorizaria 1.242 municípios de pior INDEB com envio de equipe técnica para elaborar o plano de ação articulada. Ressaltou que o PDE possuía quatro eixos importantes: investimento na gestão; formação dos professores e demais profissionais da educação; relação escola/comunidade; e infra-estrutura e materiais didáticos. Finalizando, destacou a meta do MEC de criar um ambiente na sociedade brasileira pela qualidade da educação básica, que era o objetivo maior do Plano de Desenvolvimento da Educação. Concluída a apresentação, o Subsecretário **Alexandro Reis** fez breves considerações sobre o tema. Explicou que a Subsecretaria de Ações Afirmativas da SEPPIR estava dedicando-se à discussão, além das questões do PDE, do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade (REUNI), entendendo que possibilitava a ampliação do acesso à universidade e a garantia da permanência. Disse que seria importante debater essa e outras questões, uma vez que não havia marco legal para garantir investimento do Governo Federal para este contingente. Feitas essas considerações, abriu a palavra para intervenções do Pleno. Conselheiro **Rodrigo Cardoso** solicitou que o MEC tratasse com maior ênfase a educação dos povos ciganos, tendo em vista o alto índice de analfabetismo desses povos. Conselheiro **Kabengele Munanga** solicitou informações sobre a implementação da Lei nº. 10.639/03. Conselheiro **Ronald Barbosa** cumprimentou o Diretor **Francisco Potiguara** pela exposição e avaliou que o Conselho deveria discutir o Plano de Desenvolvimento Educacional, no sentido de orientar a SEPPIR para um trabalho político na área de educação. Também sugeriu interação entre o MEC e o FIPPIR, a fim de que os governos estaduais e municipais pudessem adquirir recursos do PDE para desenvolver projetos na área de educação. Por fim, perguntou quantos alunos ainda estavam fora da escola e qual a meta do PDE em relação a esses estudantes, no sentido de trazê-los para dentro da escola. Conselheira **Jacinta Maria Santos** perguntou como se daria a educação voltada aos povos quilombolas e se havia medidas para capacitação dos professores que iriam trabalhar com essas populações. Concluídas as intervenções, foi aberta ao Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional/SECAD/MEC, **Francisco Potiguara**, para respostas. Iniciou explicando que a SECAD, por meio do Departamento de Inclusão e Diversidade, incorporaria a agenda da educação cigana e seria feita articulação com a SEPPIR e com as entidades representantes da área, no sentido de criar condições de formação, de acordo com as características do povo cigano. Sobre a Lei nº. 10.639/03, destacou que a publicação impôs o desafio de encontrar forma para tratar conhecimentos importantes sem reforçar pré-conceitos e produzir a lógica de exclusão. Assim, a SECAD estava desenvolvendo mecanismos de indução à Lei, a exemplo do Projeto Africanidade, promovido pela UNB. Ressaltou ainda que em 2007 e 2008, o MEC induziria a formação de uma rede de formação nas universidades públicas estaduais e federais para a aplicação da Lei nº. 10.639/03. Disse que a meta do Ministério era que os dois milhões de professores da educação básica tivessem acesso a módulos ou cursos de

695 formação continuada com o conteúdo da Lei. Em relação ao FIPPIR, disse que
696 poderia ser feita apresentação do PDE aos integrantes do Fórum. Sobre a
697 educação quilombola, destacou que merecia tratamento diferenciado, haja vista
698 as especificidades da população de quilombo. Destacou, por exemplo, que
699 apenas 53 municípios, onde se localizavam as comunidades quilombolas,
700 tinham como comprovar a titularidade das terras, portanto, somente esses
701 poderiam receber recurso para construção ou reforma de escolas. Finalizando,
702 o Subsecretário **Alexandro Reis** agradeceu a presença do diretor **Francisco**
703 **Potiguara** e anunciou a presença do Secretário-Adjunto **Martvs das Chagas**.
704 A Ministra **Matilde Ribeiro** informou que foi elaborada nota técnica, a partir do
705 debate ocorrido na reunião do CNPIR de fevereiro de 2007, que contou com a
706 presença do Ministro da Educação **Fernando Haddad**. Destacou que essa
707 nota seria encaminhada ao MEC e distribuída aos Conselheiros para
708 conhecimento, monitoramento e intercâmbio entre governo e sociedade civil.
709 Ressaltou que o envio da nota ao Ministério não significava o encerramento do
710 diálogo entre a SEPPIR e o MEC, mas sim, a conclusão de um ciclo.
711 Agradeceu a presença do Diretor **Francisco Potiguara** e da representante do
712 MEC, **Maria Auxiliadora Lopes** no encerramento das atividades desta gestão
713 do CNPIR. Feito esse registro, procedeu ao encerramento, considerando os
714 rituais africanos, com entrega simbólica de certificados aos representantes da
715 Sociedade Civil mais velhos do Conselho: **Eduardo Ferreira de Oliveira** e
716 **Kabengele Munanga**. Os demais Conselheiros receberiam o certificado até o
717 final do dia e os ausentes receberiam via correio. Finalizou destacando que o
718 primeiro mandato do CNPIR foi um período muito intenso de construção e,
719 nessa linha, destacou como principais produtos do trabalho a realização da I
720 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - I CONAPIR e a
721 elaboração do PLANAPIR. Para a próxima gestão, destacou que o
722 compromisso era preparar a II Conferência Nacional de Promoção da
723 Igualdade Racial - II CONAPIR, considerando o Plano Nacional de Promoção
724 da Igualdade Racial - PLANAPIR. Por fim, agradeceu os integrantes do
725 Conselho pela contribuição. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**,
726 também agradeceu aos integrantes do Conselho a oportunidade de
727 compartilhar esse momento ímpar de aprendizado no processo de construção
728 da Política de Promoção da Igualdade Racial, vivenciado enquanto Secretária-
729 Executiva do CNPIR, nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Em
730 seguida, houve a apresentação do Coral do Ministério do Desenvolvimento
731 Social e Combate à Fome - MDS, sob a regência do Senhor **Francisco**
732 **Nascimento**.